



PODER JUDICIÁRIO

ESTADO DE PERNAMBUCO

4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE OLINDA

Processo nº 0001598-31.2019.8.17.2990

DESPACHO

Inicialmente, proceda a Diretoria Cível com a retificação da classe processual do presente feito para “**PROCEDIMENTO COMUM**”.

Defiro o pedido de gratuidade da justiça, à vista da declaração de insuficiência de recursos feita na inicial (artigo 98 do NCPC).

Nos termos do art. 334, *caput*, do NCPC, seria o caso de designar audiência de conciliação/mediação a ser realizada junto ao CEJUSC (Centro Judiciário de Solução Consensual de Conflitos) desta Comarca. Contudo, a experiência em realizar as audiências de conciliação em ações como a presente (cobrança do Seguro DPVAT) demonstrou ser deveras contraproducente, com um índice de conciliação baixíssimo, mormente porque a própria parte Ré sempre manifesta ser necessária a prévia realização da perícia, antes de ser minimamente útil a tentativa de conciliação.

Por tais razões, **resolvo deixar de designar audiência de conciliação na fase inicial do procedimento, o que faço com base no princípio da razoável duração do processo, previsto no art. 5º, LXXVIII, da Constituição Federal; e determino a citação da parte Ré**, pelos correios, atentando-se para o teor dos arts. 247 e 248 do NCPC, com prazo de 15 (quinze) dias para contestação, de acordo com o art. 335, III, do NCPC.

Intime-se a parte Autora quanto a este despacho.

Olinda, 25 de janeiro de 2019.



Rafael Cavalcanti Lemos

Juiz de Direito





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV PAN NORDESTINA, S/N, Km 4, Vila Popular, OLINDA - PE - CEP: 53010-210

4ª Vara Cível da Comarca de Olinda

Processo nº 0001598-31.2019.8.17.2990

INTERESSADO (PGM): MANOEL FRANCISCO LINS DA SILVA

INTERESSADO (PGM): SEGURADORA LIDER DOS CONSÓCIOS DE SEGURO DPVAT

CERTIDÃO RETIFICAÇÃO CLASSE PROCESSUAL

Certifico, para os devidos fins de direito, que, nesta data, procedi à retificação da classe processual do processo em epígrafe para PROCEDIMENTO COMUM, tudo de acordo com decisão/despacho de ID 40434924.

OLINDA, 6 de maio de 2019.

NYERE MARQUES PEREIRA
Diretoria Cível do 1º Grau





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV PAN NORDESTINA, S/N, Km 4, Vila Popular, OLINDA - PE - CEP: 53010-210

4ª Vara Cível da Comarca de Olinda

Processo nº 0001598-31.2019.8.17.2990

INTERESSADO (PGM): MANOEL FRANCISCO LINS DA SILVA

INTERESSADO (PGM): SEGURADORA LIDER DOS CONSÓCIOS DE SEGURO DPVAT

INTIMAÇÃO DE DESPACHO

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do 4ª Vara Cível da Comarca de Olinda, fica(m) AUTORA a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor do Despacho de ID 40434924, conforme segue transcrito abaixo:

" Inicialmente, proceda a Diretoria Cível com a retificação da classe processual do presente feito para "PROCEDIMENTO COMUM". Defiro o pedido de gratuidade da justiça, à vista da declaração de insuficiência de recursos feita na inicial (artigo 98 do NCPC). Nos termos do art. 334, caput, do NCPC, seria o caso de designar audiência de conciliação/mediação a ser realizada junto ao CEJUSC (Centro Judiciário de Solução Consensual de Conflitos) desta Comarca. Contudo, a experiência em realizar as audiências de conciliação em ações como a presente (cobrança do Seguro DPVAT) demonstrou ser deveras contraproducente, com um índice de conciliação baixíssimo, mormente porque a própria parte Ré sempre manifesta ser necessária a prévia realização da perícia, antes de ser minimamente útil a tentativa de conciliação. Por tais razões, resolvo deixar de designar audiência de conciliação na fase inicial do procedimento, o que faço com base no princípio da razoável duração do processo, previsto no art. 5º, LXXVIII, da Constituição Federal; e determino a citação da parte Ré, pelos correios, atentando-se para o teor dos arts. 247 e 248 do NCPC, com prazo de 15 (quinze) dias para contestação, de acordo com o art. 335, III, do NCPC. Intime-se a parte Autora quanto a este despacho. Olinda, 25 de janeiro de 2019. Rafael Cavalcanti Lemos Juiz de Direito"

OLINDA, 6 de maio de 2019.

NYERE MARQUES PEREIRA
Diretoria Cível do 1º Grau

